

Um estudo sobre representações sociais do Assistente Social construídas por estudantes do Ensino Médio Integrado

Maria Rita Valões da SILVA¹
Andreza Maria de LIMA²

Resumo

Na atualidade, os Institutos Federais constituem o espaço de atuação mais ocupado no campo da educação pelos Assistentes Sociais. Neste artigo, recorte de uma pesquisa mais ampla, analisamos as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *campus* Belo Jardim. O referencial da pesquisa é a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada em duas etapas. Na primeira, utilizamos a entrevista semiestruturada e tivemos a participação de oito estudantes. Na segunda, em que participaram cinco estudantes da primeira etapa, utilizamos o grupo focal. Para a análise, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categrical Temática. Os resultados mostraram que os(as) estudantes representam o Assistente Social como o profissional que informa e tira dúvidas. Esse conteúdo representacional está relacionado às relações que os(as) estudantes construíram com o Assistente Social.

Palavras-Chave: Assistente Social. Educação Profissional e Tecnológica. Representações Sociais.

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *campus* Pesqueira. <https://orcid.org/0009-0003-6337-8414>. rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do IFPE. Atua na Licenciatura em Química no *campus* Vitória de Santo Antão. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no *campus* Olinda. <https://orcid.org/0000-0003-0254-731X>. andreza.lima@vitoria.ifpe.edu.br.

A study about social representations of Social Workers constructed by students from the Integrated High School

*Maria Rita Valões da SILVA
Andreza Maria de LIMA*

Abstract

Today, Brazilian Federal Institutes constitute the most occupied space in education by Social Workers. In this work, part of a broader research, we analyzed the social representations of Social Workers in Professional and Technological Education (EPT), built by students from Integrated High School courses offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE) – Belo Jardim city campus. The theoretical framework of the research is the Theory of Social Representations, developed by Serge Moscovici. The work, of a qualitative nature, was carried out in two steps. In the first step, we used a semi-structured interview, and we had the participation of eight students. In the second part, five students from the first step participated, we used the focus group (focal group). To carry out the analysis, the Thematic Category Content Analysis Technique was used. The results showed that students see the Social Worker as the professional who informs and answers questions. This representative content is associated with the relations that students built with the Social Worker.

Keywords: Social Worker. Professional and Technological Education. Social Representations.

Un estudio sobre representaciones sociales del Trabajador Social concebidas por estudiantes de la Enseñanza Media Integrada

*Maria Rita Valões da SILVA
Andreza Maria de LIMA*

Resumen

En la actualidad, los Institutos Federais (IFs) constituyen el espacio de actuación más ocupado, en el ámbito de la educación, por los Trabajadores Sociales. En este artículo, fragmento de una investigación más amplia, analizamos las representaciones sociales del Trabajador Social en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) concebidas por estudiantes de los cursos de Enseñanza Media Integrada del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)- *Campus* Belo Jardim. El referencial teórico de la investigación es la Teoría de las Representaciones Sociales, desarrollada por Serge Moscovici. La investigación, de carácter cualitativo, fue realizada en dos etapas. En el primer momento, utilizamos una entrevista semiestructurada, con la participación de ocho estudiantes. En el segundo momento, a través de un grupo focal, participaron cinco miembros de la etapa anterior. Para el análisis, recorrimos a la Técnica de Análisis de Contenido Temático Categorical. Los resultados mostraron que los estudiantes retratan al Trabajador Social como el profesional que informa y saca dudas. Ese contenido representacional demuestra el modo como los estudiantes se relacionan con el Trabajador Social.

Palabras clave: Trabajador social. Educación Profesional y Tecnológica. Representaciones Sociales.

Introdução

O Assistente Social atua em áreas de vulnerabilidade decorrentes das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. A área da educação torna-se, assim, um importante espaço de atuação desse profissional à medida que essas desigualdades se manifestam das mais variadas formas no âmbito escolar.

Cumprir destacar que a Política de Educação, no cenário nacional, adquiriu um novo formato no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do Decreto nº 6.095/2007 (BRASIL, 2007), que definiu Diretrizes para a constituição dos Institutos Federais. Esse Decreto foi legitimado com a publicação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais. A Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), em seu Art. 2º, define os Institutos Federais como: “[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]”.

De acordo com Silva (2020), a admissão da maioria dos Assistentes Sociais nas Instituições Federais de Ensino ocorreu após 2009, principalmente devido a criação dos Institutos Federais em 2008. A autora ressalta que contribuiu para essa admissão a regulamentação, em 2010³, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem sido alvo de destinação de recursos do Governo Federal e demandadas às Instituições a sua execução.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a Política de Assistência Estudantil tem o objetivo de auxiliar o corpo discente no desempenho das atividades acadêmicas e prevê a execução de diversos programas de apoio que favoreçam a permanência do estudante na instituição, tais como: Programa Bolsa Permanência (PBP)⁴, Programa Moradia e Refeitório Estudantil, Programa de Apoio à Participação em Eventos, Programa de Apoio a Visitas Técnicas, Programa de Assistência ao Estudante do Programa de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Auxílio Financeiro, Programa Benefício Eventual,

³ Destacamos que o PNAES, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 2001, no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi atualizado e encaminhado ao MEC somente em 2007. A partir desse momento, iniciou-se junto ao MEC uma discussão para implantar esse Programa, culminando com a sua aprovação, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2010).

⁴ Destacamos que, com a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE, a partir da Resolução CONSUP/IFPE nº 133, de 30 de junho de 2022, o PBP passou a ser nomeado de: Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. No entanto, considerando que essa mudança é recente, optamos por utilizar “PBP” no texto.

Programa de Acompanhamento Biopsicossocial, Programa de Incentivo à Arte e Cultura e Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer (IFPE, 2021).

Nos Institutos Federais, o Assistente Social faz parte de uma equipe multiprofissional⁵, o que coloca a possibilidade de realizar um trabalho articulado, a partir da percepção das várias dimensões que compõem o processo educacional. Dessa maneira, algumas demandas chegam ao Serviço Social através desses(as) profissionais, de quem o professor pode ser um dos principais aliados, uma vez que a convivência diária com os(as) estudantes em sala de aula pode possibilitar a identificação de situações diversas que estejam sendo vivenciadas por estes, encaminhando demandas referentes a problemas familiares e sociais. É a partir dessas demandas que são definidas as ações a serem desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito dos Institutos Federais.

O papel dos Assistentes Sociais na educação é de viabilizar os direitos sociais dos usuários, por meio de programas e políticas sociais, identificando fatores econômicos e socioculturais com o objetivo de minimizar as questões nesse âmbito que perpassam o cotidiano no campo educacional. Sua prática profissional desdobra-se em possibilidades de apoiar e acompanhar o acesso, o desempenho e a permanência de estudantes, buscando a efetivação dos direitos e o pleno exercício da cidadania presente nos processos de ensino e aprendizagem.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida em curso de mestrado, que teve como objetivo geral analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes de cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) do IFPE - *campus* Belo Jardim. Neste artigo, discutimos parte dos resultados dessa pesquisa.

A Teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovici, é o referencial teórico-metodológico da pesquisa. De acordo com Jodelet (2001), as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são frutos de representações sociais, uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.

Desse modo, analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes que estão concluindo o EMI poderá contribuir para o aperfeiçoamento dessa prática profissional e exercer um papel ativo e participativo frente aos processos de ensino e aprendizagem desses(as) estudantes.

⁵ A equipe multiprofissional é constituída por Assistente Social, Psicólogo/a, Pedagogo/a, Técnico/a em Assuntos Educacionais, Intérpretes de Libras/Tradutores, Nutricionista e demais profissionais de saúde, Assistente de Alunos e Professor/a de Educação Física (IFPE, 2022).

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais

A ampliação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social nos Institutos Federais surge a partir da relação entre a Assistência Estudantil e a Política de Educação. Segundo Duarte (2019), o Serviço Social nos Institutos Federais foi implantado com a incumbência de executar ações assistenciais destinadas à parcela de estudantes “desfavorecidos da fortuna”, conforme consta no Código de Ética do Assistente Social. Dessa forma, buscava-se garantir a permanência dessa população na escola.

Duarte (2019) afirma que a concepção de educação que subsidia a práxis profissional do Assistente Social no âmbito da EPT é de uma educação que valorize uma formação que considere o ser social, os aspectos éticos, o fazer profissional, a criação intelectual, artística e afetiva, que busque superar o individualismo, os preconceitos etc. Portanto, uma concepção de educação crítica e emancipadora.

O Assistente Social nos Institutos Federais é requisitado em um diversificado leque de atuação, tendo em vista que as múltiplas expressões da questão social, objeto de intervenção do Assistente Social, se manifestam amplamente no cotidiano escolar e afetam os processos de ensino e aprendizagem, prejudicando a oferta de uma educação de qualidade (MARTINS, 2012; BULL, 2010; SILVEIRA, 2013; LESSA, 2013).

Prada (2015) afirma que o trabalho profissional do Assistente Social deve priorizar a conjuntura na qual está inserido, considerando professores, técnicos, estudantes e comunidade, além das questões que influenciam diretamente a oferta da educação de qualidade, como as expressões advindas da relação capital versus trabalho.

Em consonância com os apontamentos realizados por Abreu (2017), identificamos, como principal requisição para os Assistentes Sociais nos Institutos Federais, as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil, e que possui, como uma forma de materialização, a implementação do PNAES.

Segundo Duarte (2019), o PNAES norteia os Institutos no âmbito da EPT de nível médio e tem, como um de seus princípios, o desenvolvimento humano na sua totalidade, considerando os aspectos biológico, cultural e social, solicitando o estudo e a compreensão das questões sociais.

Devido à responsabilidade no âmbito social, foi necessária a inserção de Assistentes Sociais nos Institutos Federais, particularmente, no atendimento aos(às) estudantes do EMI.

Desse modo, os Assistentes Sociais dos Institutos Federais foram demandados, em sua maioria, especificamente, para a execução do PNAES, que, desde 2010, tem aumentado progressivamente a destinação de recursos para o pagamento de bolsas e auxílios estudantis. De acordo com Prada (2015), antes desse período, os profissionais desenvolviam atividades ligadas aos(às) estudantes, aos(às) servidores(as) e à comunidade, e tinham outras possibilidades de atuação. Contudo, conforme a autora, há uma desorganização entre essas possibilidades de atuação, concernente às ações que são de competência da instituição e às que estão relacionadas ao trabalho cotidiano. Nessa lógica, a atuação do Assistente Social está inserida no contexto da relação capital *versus* trabalho, em que seus acirramentos acarretam desigualdades sociais que envolvem o ambiente escolar.

Em meio a essa realidade, é importante reconhecer as possibilidades traçadas pelos profissionais para superar tais condições no interior das instituições, como a conquista pela ampliação do espaço de trabalho do profissional. O desafio consiste em atuar nessa realidade para superar a intervenção focada numa visão reducionista da Assistência Estudantil e nas limitações institucionais impostas pela realidade, tendo a compreensão das competências profissionais e do compromisso ético-político profissional⁶.

A assistência aqui explicitada é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade do Estado com a educação, isto é, a democratização do ensino público, gratuito e de qualidade, de modo a efetivar o direito social para potencializar condições de sociabilidade humanizadoras.

Duarte (2019) aponta que o Assistente Social é um dos profissionais que trabalham de maneira próxima ao aluno, em especial, o de baixa condição socioeconômica. Tem um papel fundamental na criação, implementação e coordenação de ações que visem inserir esse discente em programas de moradia, alimentação e bolsas, quando ele adentra no espaço institucional. Esses programas, além de serem um direito, são uma necessidade para a permanência e a conclusão de curso dos(as) estudantes que deles necessitam.

⁶ Duarte (2019) enfatiza que as mudanças começaram no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, por volta de 2003, com a expansão da Rede Federal, que fez com que os gestores refletissem sobre a demanda profissional necessária em seus *Campi*, solicitando imediatamente Assistentes Sociais para atuar na Assistência Estudantil.

Nessa perspectiva, para Duarte (2019), cabe ao Assistente Social realizar uma atuação pautada na ética, com posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, tida como um dos princípios fundamentais a serem seguidos. Faz-se necessário que ele construa um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico para as negociações e conquistas no campo educacional.

Na próxima seção, discutimos sobre as representações sociais.

Representações Sociais: conceito e funções

A Teoria das Representações Sociais foi formulada por Serge Moscovici, na França, no início da década de 1960. Na obra que originou a Teoria, intitulada *La psychanalyse: son image et son public*, Moscovici buscou compreender como a teoria psicanalítica freudiana era representada por diferentes grupos sociais franceses. (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Moscovici (2003) afirma que as representações sociais constituem campos socialmente estruturados e estruturantes, organizadores das interpretações e comunicações de massas que possibilitam a compreensão do mundo social e orientam a ação. As representações sociais, segundo Moscovici (2003), são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos, contribuindo para a construção de uma realidade comum.

Segundo Moscovici (2003), as pessoas têm a necessidade de se ajustar e de se manter informadas sobre o mundo a sua volta e, por isso, criam representações, as quais não são, no entanto, apenas construções individuais. Portanto, a sociedade evidencia condições necessárias para a constituição de cada pessoa, considerando que indivíduos interferem nessa sociedade.

Jodelet (2001, p.4-5) afirma que:

A representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designado como “saber do senso comum” ou ainda “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico. Mas ela é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto aquele, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais (grifos da autora).

Conforme Jodelet (2001, p. 22), as representações sociais são “[...] produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e

social dessa realidade”. As representações sociais constituem, dessa forma, um meio de conhecimento prático, o saber do senso comum, de um determinado grupo, ocupando-se da vida cotidiana, sendo esta entendida como processo de assimilação da realidade pelo indivíduo, em que se integram suas experiências, seus valores e as informações que circulam no cotidiano. São o conjunto de explicações, crenças e ideias comuns a um determinado grupo de indivíduos.

Desse modo, reiteramos a relevância da Teoria das Representações Sociais como forma de apreender as representações do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) estudantes a partir das interações cotidianas no ambiente escolar. O estudo ajudará a compreender como essas representações surgem e quais são seus significados, o que favorecerá a compreensão da realidade social.

Nessa direção, na próxima seção, apresentamos a metodologia da pesquisa.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Segundo Minayo (2000), é através da pesquisa qualitativa que nós compreendemos sobre atitudes e significados, que são formas que não podemos mensurar através de números.

Desenvolvemos a pesquisa de Mestrado em duas etapas, com objetivos distintos, porém complementares. Na primeira etapa, utilizamos a entrevista semiestruturada e, na segunda, o grupo focal. A coleta, na segunda etapa, foi desenvolvida apenas após a análise preliminar dos dados coletados na primeira, com o objetivo de aprofundar os achados iniciais.

Campo empírico da pesquisa e critérios de participação

O campo empírico da pesquisa foi o IFPE - *campus* Belo Jardim. A escolha foi motivada pela proximidade geográfica em relação ao *campus* de atuação e pelas experiências construídas no cotidiano profissional, as quais instigaram o interesse em desenvolver esta pesquisa.

O IFPE conta com 16 campi, distribuídos do litoral ao sertão de Pernambuco, mais uma ampla rede de Educação a Distância, formada por 11 polos. Com 52 anos de existência, o IFPE - *campus* Belo Jardim consolidou-se como um polo de referência em educação no Agreste pernambucano. Ao longo de sua trajetória, o antigo Colégio Agrícola, como foi denominado na época de sua inauguração, em 1970, contribuiu para a formação de várias gerações de profissionais.

Em sua história, o *campus* passou por diversas fases, mas foi apenas a partir de 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que a Escola Agrotécnica

Federal de Belo Jardim foi elevada à condição de *campus* do IFPE e, atualmente, oferece cursos em diversos níveis e modalidades de ensino. Oferece cursos técnicos integrados em: Agropecuária, Agroindústria e Informática para Internet, além do Curso Superior de Licenciatura em Música e Engenharia de Software (IFPE, 2022).

Definimos que os(as) participantes da pesquisa seriam estudantes dos cursos técnicos integrados, especificamente os(as) participantes da Política de Assistência Estudantil. Como critérios de inclusão, estabelecemos os(as) estudantes das turmas dos 3º anos, com idade entre 17 e 20 anos (faixa etária das turmas concluintes) que tenham tido contato com o Assistente Social durante a sua formação. Consideramos o perfil de quem está concluindo o curso, uma vez que já tiveram contato com o Assistente Social desde que adentraram na instituição, vivenciando a atuação desse profissional durante o percurso formativo.

Técnicas de coleta e análise dos dados

Conforme indicamos, na primeira etapa da pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada. Essa Técnica, segundo Lakatos e Marconi (2003), visa obter informações do entrevistado sobre um determinado assunto, e pode servir para averiguar fatos, descobrir planos de ação e motivos conscientes para opiniões, sentimentos ou condutas. Desse modo, a entrevista pode ser definida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado, que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. A entrevista semiestruturada é organizada a partir de um roteiro prévio, mas possibilita que o pesquisador faça perguntas fora do planejado.

Elaboramos o roteiro em duas partes: 1) *Questões de caracterização*, que buscaram resgatar informações socioeconômicas do(a) estudante; e 2) *Questões sobre o objeto de pesquisa*, com perguntas sobre experiências e relações dos(as) estudantes com o Assistente Social na EPT, tais como as impressões dos(as) estudantes sobre o trabalho do Assistente Social no IFPE e a contribuição que o Serviço Social pôde oferecer para sua formação.

Na segunda etapa, conforme indicamos, utilizamos o grupo focal. A escolha dessa Técnica justifica-se por sua função de estimular os(as) participantes a falar e reagir sobre a fala dos outros, tornando o ambiente o mais descontraído e próximo possível do(a) estudante, para que ele(a) se sinta à vontade em expressar suas ideias e posicionamentos. O grupo focal baseia-se na interação

entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. Sua formação obedece a critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da pesquisa, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos(às) participantes manifestar suas percepções e seus pontos de vista (MINAYO, 2000).

Prevemos a realização de dois grupos focais. Elaboramos os roteiros considerando as análises preliminares da primeira etapa, a fim de obter as informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do estudo.

Para o tratamento das informações produzidas a partir das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática, conforme Bardin (2016). A Técnica compreende três etapas: na primeira, a *pré-análise*, realizamos a leitura exaustiva do material a partir dos objetivos da pesquisa⁷; na etapa da *exploração do material*, procedemos com a escolha das unidades de registro e contexto, a classificação e agregação, com a finalidade de definir as categorias; no *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, realizamos a análise a partir do referencial.

O percurso no campo empírico

O Projeto de Pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, que o direcionou a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Após a publicação do parecer consubstanciado do CEP na Plataforma, a qual ocorreu em 28 de setembro de 2022, iniciamos o percurso no campo empírico da pesquisa.

Inicialmente, entramos em contato com o diretor da instituição para agendar a visita *in loco*. Depois de recebida a autorização, realizamos visitas em cada turma de 3º ano – eram três turmas – para convidar os(as) estudantes, ocasião em que apresentamos o Projeto de Pesquisa, destacando os objetivos do estudo e enfatizando que o público-alvo seriam estudantes participantes da Política de Assistência Estudantil. Nesse momento, deixamos um formulário estruturado, solicitando as informações de nome, e-mail, telefone e indicação da participação em algum programa da Política de Assistência Estudantil. Salientamos que deveriam preencher apenas quem tivesse interesse em participar da pesquisa. No dia seguinte, esse formulário foi entregue à Assistente Social do *campus*, que nos repassou por e-mail.

⁷ Ressaltamos, no entanto, que a coleta na segunda etapa foi realizada apenas após a análise preliminar dos depoimentos coletados através das entrevistas semiestruturadas, técnica utilizada na primeira etapa. Essa análise preliminar orientou a revisão dos roteiros dos encontros dos grupos focais, possibilitando aprofundar os achados iniciais.

Chegamos a um total de oito⁸ estudantes que concordaram em participar da pesquisa, mediante preenchimento do formulário. Em seguida, realizamos contato telefônico para agendar dia e horário das entrevistas, técnica utilizada na primeira etapa da pesquisa. Para a realização da segunda etapa da pesquisa, em que utilizamos o grupo focal, conforme indicamos, elaboramos os roteiros a partir das análises preliminares da primeira etapa. O convite para participação nessa segunda etapa foi realizado pelo *WhatsApp* a todos(as) os(as) estudantes que participaram da primeira etapa da pesquisa. Manifestaram o desejo de participar cinco estudantes.

Considerando as orientações do Comitê de Ética, solicitamos via e-mail aos(às) responsáveis pelos(as) menores de 18 anos, a leitura e autorização de participação dos(as) estudantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após os(as) responsáveis autorizarem, solicitamos aos(às) participantes a leitura do TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Requisitamos, portanto, ao(à) estudante menor que assinasse o TALE, e aos maiores, o TCLE, concordando com a participação na pesquisa. Destacamos que todas as entrevistas e reuniões foram gravadas, mediante a autorização prévia dos(as) participantes, e posteriormente transcritas para fins de análise.

Destacamos que as entrevistas aconteceram de 10 a 14 de outubro de 2022, com duração média de aproximadamente 30 minutos cada. Já quanto aos grupos focais, foram realizados dois grupos na sala de Reunião do *campus*, nos dias 08 e 10 de novembro de 2022. Essas reuniões aconteceram no intervalo para o almoço dos(as) discentes, conforme combinado com os(as) participantes. O número de reuniões foi definido a partir do critério de saturação, sendo este o ponto de finalização que se investiga até que a inclusão de novas informações não seja mais perceptível (GASKELL, 2008). A média de duração de cada reunião foi de uma hora.

Caracterização dos(as) participantes

Conforme indicamos, participaram da primeira etapa da pesquisa oito estudantes dos cursos técnicos integrados atendidos pela Política de Assistência Estudantil do IFPE – *campus* Belo Jardim. Da segunda etapa, participaram cinco dos(as) que estiveram também na primeira etapa.

⁸ No Projeto de Pesquisa, tínhamos a expectativa de participação, na primeira etapa, de 12 estudantes que se encaixavam no perfil previsto nos critérios de inclusão; já para a segunda etapa, previmos continuar com seis participantes da primeira etapa. Essa previsão foi estabelecida, pois é uma exigência da Plataforma Brasil a definição do número de participantes para a submissão do Projeto ao Comitê de Ética. O campo empírico, no entanto, redefiniu esse quantitativo.

Conforme critério de inclusão para seleção dos(as) participantes, todos(as) eram dos terceiros anos de cursos integrados oferecidos no *campus*.

Neste artigo, para preservar as identidades dos(as) discentes, identificamos os(as) participantes por nomes fictícios: Ana, Bruno, Caio, Denis, Elaine, Felipe, Gisele e Heitor. Desses(as) estudantes, participaram da segunda etapa: Ana, Bruno, Caio, Denis e Elaine.

O Quadro 1, a seguir, apresenta dados gerais de caracterização dos(as) participantes.

Quadro 1 – Caracterização dos(as) participantes

Participante	Idade	Raça	Curso	Programas Sociais	Cotista por renda 1,5 do salário mínimo
Ana	18	Parda	Agroindústria	Auxílio Brasil	Sim
Bruno	17	Branca	Informática	Não	Não
Caio	17	Branca	Informática	Auxílio Brasil	Não
Denis	18	Parda	Agropecuária	Auxílio Brasil	Sim
Elaine	17	Branca	Informática	Não	Sim
Felipe	17	Parda	Informática	Não	Não
Gisele	17	Branca	Informática	Não	Não
Heitor	18	Indígena	Agropecuária	Auxílio Brasil	Sim

Fonte: as autoras.

Na próxima seção, apresentamos os resultados e as discussões.

Resultados e discussões

Dos depoimentos coletados a partir das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, emergiram duas categorias temáticas que evidenciam as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes de cursos de EMI do IFPE – *campus* Belo Jardim: 1) “O Assistente Social é o profissional da Bolsa”; 2) “O Assistente Social é o profissional que informa e tira dúvidas”. Neste artigo, aprofundamos a segunda categoria evidenciada.

O Assistente Social é o profissional que informa e tira dúvidas

Nesta categoria, os depoimentos dos(as) discentes indicaram representações sociais do Assistente Social que o consideram o profissional que informa e tira dúvidas sobre bolsas, projetos, histórico, frequência, matrícula, trancamentos, direitos etc. Vejamos trechos de depoimentos dos(as) estudantes durante a entrevista e o grupo focal:

Eu sei que traz muita coisa, porque qualquer coisa que acontece, tipo, “ah, vai lá ver na Assistente Social, ela deve dar um jeito”, só que nunca chegou de [...] precisar, só para algumas informações. [...] Eu acho que isso é importante, ter alguém com o talento [...] de comunicação, que contribua para o bem-estar do aluno, trazendo informação sobre o que tá acontecendo e se há alguma coisa importante para o aluno, eu acho que é isso, essa contribuição (ANA - entrevista).

Ajuda em relação às informações que tem, não só bolsas, também, eu acho... que projetos de extensão também [...] a questão de ajuda com documentação. Quando eu fui fazer minha inscrição, eu entrei em contato com a Assistente Social daqui, e ela me orientou no preenchimento dos documentos para fazer todo certinho (BRUNO – grupo focal).

Ao abordar as ações, atribuições e contribuições que o Serviço Social pode oferecer para a formação discente no IFPE, os(as) participantes, seja na entrevista, seja no grupo focal, declararam:

Em questão da bolsa mesmo [...] porque era só com o CGAE⁹, então ficava muito complicado, porque, se a gente mandasse algum documento errado, não tinha como saber, então para a gente é muito essencial ter uma Assistente Social com a gente, porque tanto tira dúvidas, a gente chega aqui, sempre bem recebido, tira muitas dúvidas, tem a questão de vários programas, a gente chega, pergunta, olha, é isso? Tira muitas dúvidas, então, assim, sem Assistente Social para a gente, ficou muito complicado. [...] Sempre está acompanhando a situação do aluno em questão de faltas, notas, pelo que eu vejo, tipo, nesses editais que saem, sempre tá ali, dando uma força, com algum documento errado, ela sempre está ajudando, como acontece muito aqui, eu acho que é mais isso, sempre eu acho que ela tá mais perto dos alunos, né? (ELAINE - entrevista)

Eu acho muito importante [...] a Assistente Social, ela tira muita dúvida em questão de documentação, em questão de outras coisas que a gente pode chegar, perguntar, sempre tem a resposta, ela sempre tenta tirar as dúvidas (DENIS – grupo focal).

É fundamental, eu acho que é extremamente importante, porque tendo essa assistência aqui no Instituto ou em qualquer escola dá para orientar corretamente os(as) estudantes em tirar suas dúvidas, em vez de deixar eles por conta própria, tentando resolver os assuntos sem saber direito (ANA – grupo focal).

⁹ Coordenação Geral de Assistência ao Estudante.

A partir das falas, é possível compreender que o Assistente Social é representado como o profissional encarregado tanto de mediar às relações que se desenvolvem entre o discente e o IFPE quanto entre o IFPE e os demais serviços e políticas sociais, viabilizando a participação discente nos assuntos relacionados à comunidade estudantil. Ele é reconhecido como o articulador por excelência na ativação da intersetorialidade com as demais políticas sociais, esclarecendo o que faz o Serviço Social na Assistência Estudantil.

Sobre a importância desse profissional, os(as) discentes revelam, a partir dos aspectos expressivos nas relações construídas, que o Assistente Social é fundamental para a sua permanência na instituição, na medida em que informam e tiram dúvidas sobre a Assistência Estudantil. Vejamos o depoimento de Caio durante o grupo focal:

[...] embora, assim, possa haver aulas sem o Assistente Social, mas essas aulas, nessa escola, certamente com a ausência desse profissional, sairia bem menos gente formada da instituição, pois estes não teriam quem lhe auxiliar mediante as dúvidas.

Os (As) discentes também representam o Assistente Social como um canal de informação sobre os demais setores do *campus*. Segundo eles(as), esse profissional tem o papel de oferecer essa ajuda, prestando assistência, inclusive aos novatos, como podemos observar em alguns depoimentos:

[...] como esse funcionário é uma ponte entre setores do *campus* e os alunos, é de total importância [...], pois os alunos, além de tirar dúvidas, eles precisam de assistência, tais como documentação, convívio; isso é importante para que o aluno entre na Instituição, permaneça e saia com êxito (CAIO - entrevista).

Eu acho assim, importante que tenha Assistente Social aqui na escola, por causa que se não existisse, não teria, tipo, os alunos ficariam muito perdidos, principalmente alunos novatos, que chegam na escola e não sabem praticamente de nada que tá acontecendo, então se... quer dizer, se tiver Assistente Social, realmente vai conseguir ajudar a todos eles (ELAINE– grupo focal).

Embora os(as) discentes representem o Assistente Social como o profissional que informa e tira dúvidas, é importante considerar que o Assistente Social pode contribuir, além disso, a partir de uma atuação mais reflexiva e propositiva, com o intuito de sugerir ações que contribuam para a permanência dos(as) estudantes na instituição. São ações transversais que estão atreladas ao acompanhamento educativo desses alunos.

Nos depoimentos dos(as) discentes, observamos que o Assistente Social auxilia em relação às matrículas, trancamento de matérias e frequência – atribuições próprias de profissionais da

secretaria, como podemos observar explicitamente na fala do participante Caio, durante o grupo focal: “[...] ela também ajuda em questão da gente querer saber a frequência, porque no Q-acadêmico¹⁰ fica lá, mas não a porcentagem final, então em questão disso, também é muito bom por conta dessa assistência”. Essa realidade expressa a compreensão do estudante sobre a atuação do Assistente Social na Assistência Estudantil. Em outro depoimento, Caio reforça:

Devido à complexidade do que é social, acredito que auxiliar o aluno do ponto de vista social e isso remete ao fato de auxiliar tanto na documentação, que no meu caso da matrícula, transferência, também histórico, também no convívio social com o aluno e outros profissionais, como professores [...].

Ainda durante o grupo focal, alguns relatos reforçaram a fala de Caio:

Eu acho que auxilia os(as) estudantes com as dúvidas que eles têm, sendo sobre o Instituto, por exemplo, você está em dúvida sobre uma matéria, como cancelar, aí vem nela, tira as dúvidas ou ela orienta para saber os documentos necessários (ANA).

Eu acho que a Assistente Social é para auxiliar o estudante quando a gente não quer ir lá no CGAE, tipo para ver alguma coisa da ética daqui né? [...] tá com alguma dúvida, se o aluno faz alguma coisa de errado por exemplo, a gente não sabe se aquilo é ético ou não, a gente não quer chegar diretamente no CGAE, então como a gente tem essa abertura para chegar na Assistente Social, a gente pergunta se aquilo é ético, se pode ou não, como outras dúvidas, tipo [...] cancelar matrícula para não chegar diretamente na secretaria e outras coisas (BRUNO).

As atribuições do Assistente Social nos Institutos Federais acabam se revelando no cotidiano, no agir profissional, atribuindo-lhe características particularizadas pelos(as) estudantes, pelo território e pelos espaços que ocupam. Essas atribuições são construídas e consolidadas no interior de cada *campus* em articulação com os demais técnicos administrativos, e com elaboração de possibilidades de trocas de experiência e fortalecimento desse espaço sócio-ocupacional. A identidade profissional vem se consolidando no fazer profissional da instituição, bem como a sistematização das suas atribuições.

Sobre a questão da identidade profissional, os estudos de Martinelli (1991), guiados pelo referencial teórico marxista, defendem que a identidade profissional é pensada de forma dialética. A autora destaca que pensar dialeticamente é ver o processo histórico como dinâmico, sempre em movimento. Para a autora, a identidade, enquanto elemento definidor da participação na divisão

¹⁰ É o sistema de Gestão Acadêmica integrado do IFPE.

social do trabalho e na totalidade do processo social, é uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas (MARTINELLI, 1991).

Para a autora, a identidade se constrói e se objetiva na práxis, pois expressa a resposta construída profissionalmente para atender às demandas que incidem no campo de ação. Em um artigo mais recente, Martinelli (2013) destaca a profissão como uma organização essencialmente dinâmica, de natureza interventiva, de trabalho coletivo, socialmente construído e partícipe do processo global de trabalho. Portanto, para a autora, a identidade é a expressão material e concreta da forma de ser da profissão, é um campo aberto de possibilidades. A autora afirma:

Sob o ponto de vista dialético, a identidade é uma categoria sócio-histórica que pulsa com o tempo e com o movimento, a partir de determinações políticas, sociais, econômicas, históricas, culturais. Como categoria ético-política, cujo corolário natural é a consciência, a identidade constrói-se no fértil terreno da diferença, no interior de relações sociais antagônicas (MARTINELLI, 2013, p. 145).

Assim, para a autora, a identidade profissional deve ser desvendada dialeticamente, levando em consideração as relações de estruturas, conjuntura e cotidiano que redimensionam e determinam formas de acesso à interpretação de determinações da realidade que compõem os elementos constitutivos da formulação de uma identidade, eis que “a pergunta pela identidade é uma pergunta de natureza ontológica que remete a pensar não apenas no que as profissões são, mas como aparecem socialmente e como participam do processo de reprodução social” (MARTINELLI, 2013, p. 151).

Desse modo, podemos dizer que as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) estudantes participantes revelam elementos da identidade profissional do Assistente Social, já que essas representações sociais são construídas na dinâmica das relações sociais.

Nessa direção, destacamos que os(as) estudantes afirmaram que o contato com o Assistente Social foi essencial para eles(as) continuarem o EMI, destacando a relação que o discente tem com o Assistente Social. Vejamos alguns depoimentos.

Todas as vezes que a gente, que eu fui na Assistente Social, ela sempre respondeu com muita educação, sempre atenciosamente e todas as vezes que ela terminou de explicar, ela pergunta novamente se conseguiu tirar a dúvida, se queria que ela respondesse novamente, para realmente tirar a dúvida e sempre deixa muito bem claro tirando a dúvida da gente (ANA – grupo focal).

[...] todas as vezes que eu procurei a Assistência Estudantil e Assistente Social daqui, sempre foi resolvida as minhas dúvidas, minhas pendências, apesar da questão do horário, para a gente o turno integral pega um pouquinho, mas sempre arrumamos um tempo para arrumar essas questões e sempre foram esclarecidas (BRUNO – grupo focal).

Toda vez que eu vou lá, ela explica realmente como é e tal, que da outra vez ela me explicou, da primeira vez eu fui atrás e eu não consegui, depois eu voltei novamente e ela explicou e eu consegui realizar o que eu queria. [...] ela está sempre disponível (DENIS - entrevista).

Toda vez que eu vou lá, minhas questões são resolvidas e se eu não entendo direito ela explica várias e várias vezes com calma, para a pessoa conseguir entender, o horário é um pouco complicado, porque tem vezes que a pessoa vai e não encontra ela, mas a gente dá um jeito (CAIO - entrevista).

Observamos, nesses depoimentos, duas funções das representações sociais, conforme Abric (2000): a função de orientação, que guia os comportamentos e as práticas das pessoas; e a função de justificação, que permite ao indivíduo ou grupo explicar e justificar sua conduta.

Nesse sentido, podemos dizer que há uma relação de confiança estabelecida entre o profissional e o(a) estudante que utiliza os serviços ofertados pela Assistência Estudantil. Porém, por mais que o Assistente Social oriente, explique e trabalhe a questão dos direitos com o discente atendido, em algumas ocasiões, esse diálogo não atinge o objetivo inicial do profissional, que é o acesso, desempenho e permanência de estudantes, buscando a efetivação dos direitos e o pleno exercício da cidadania presente nos processos de ensino e aprendizagem.

No entanto, referente à garantia dos direitos, o participante Denis, em seu depoimento, menciona o Assistente Social como profissional que busca garantir os direitos dos(as) discentes, compartilhando saberes que contribuem com o fortalecimento das relações sociais dos(as) estudantes com a comunidade estudantil, como podemos observar em sua fala durante o grupo focal:

Eu acho que dá um suporte para a gente, porque às vezes a gente tem aquele certo direito, mas às vezes nem sequer conhece, então a gente chega aqui, bate na porta dela e ela apresenta... mostra que a gente tem direito àquilo ali, então eu acho que ela nos mostra que a gente também tem direito e como usufruir.

É possível observar nesse depoimento que o participante destaca o Assistente Social como um profissional dinâmico, atuante e que tem em vista os direitos e a cidadania. Ao operar no campo de garantia de direitos, o trabalho do Assistente Social se inscreve, necessariamente, na esfera da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania. Nesse sentido, tende a contribuir no

compartilhamento do poder e na sua democratização. A própria matéria-prima do seu trabalho (a questão social), ao vinculá-la a múltiplas dimensões da vida social, exige que o tema dos direitos e da cidadania atravessem as suas intervenções.

Desse modo, concordamos com Jodelet (2005) quando afirma que, ao acessarmos as práticas e relações sociais, aproximamo-nos das representações que as sustentam. De acordo com Almeida (2009, p. 728), as representações sociais se constroem "[...] nas percepções que os indivíduos criam das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro [...]". Assim, os(as) estudantes compreendem o Assistente Social a partir da reinterpretação de suas experiências. Perrusi (1995, p. 61) afirma que as representações sociais são:

[...] um sistema de interpretação da realidade, organizando as relações entre indivíduos com o mundo e orientando as suas condutas e comportamentos no meio social. Tal sistema de interpretação se enraíza nas formas de comunicação social, permitindo ao indivíduo interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta.

No entanto, vale dizer que as representações elaboradas pelos(as) estudantes são constituídas socialmente como uma experiência coletiva e individual; cada experiência pode levar a uma representação singular do que seja o Assistente Social.

No que se refere à materialização da Política de Assistência Estudantil no IFPE, é importante pensar em como se dá essa relação entre o Assistente Social e os sujeitos das ações dessa política que são os(as) discentes, destacando-se a importância da função pedagógica do Assistente Social inserido na Assistência Estudantil. Para Piana (2009), é importante considerar que a função pedagógica do Assistente Social reside nos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais e os indivíduos, e visam potencializar, a partir de políticas públicas, o fomento de processos de lutas e resistência à ordem do capital e suas exigências. Ou seja, busca a formação e organização política da sociedade, como a mobilização dos(as) estudantes, trabalhando junto aos alunos a necessidade de participação em movimentos reivindicatórios, ou quando participa de espaços de reflexão conjunta com demais agentes escolares, como professores ou outros Assistentes Sociais, como em reuniões com a equipe da Assistência Estudantil do IFPE ou de outras instituições.

Como indicado, a relação de confiança é de extrema importância para o trabalho a ser realizado no IFPE. No entanto, o entendimento que os(as) estudantes têm sobre o Assistente Social ainda é muito permeado pela ideia de solidariedade e favor, marco histórico da construção da

política de Assistente Social, continuando a não ser compreendida como direito e interferindo no real entendimento da finalidade dos serviços ofertados, como reforça o participante Bruno, durante a entrevista: “Que esses resultados tragam melhorias nesse setor, para que mais e mais alunos sejam ajudados”; e o participante Caio, durante o grupo focal: “Algumas coisas que eu não sabia que a Assistente Social poderia nos ajudar e agora estou sabendo”.

Os depoimentos dos(as) participantes também destacam que a atuação do Assistente Social aponta para o desenvolvimento de um trabalho que busca contribuir para a formação humana integral dos(as) discentes, destacando-se as principais contribuições: operacionalização de recursos necessários para a manutenção dos(as) estudantes no Instituto, garantindo o suporte material e social para o êxito escolar e a orientação quanto a direitos e deveres, buscando despertar uma consciência crítica e reflexiva nos(as) estudantes.

A partir dos diálogos obtidos com o grupo, foi possível perceber o quanto as vivências do cotidiano e de vida influenciam no contexto da representação, uma vez que despertaram nos(as) participantes reflexão e compreensão acerca daquilo que representa suas construções, enquanto indivíduo e ser social.

Nesse sentido, podemos observar, nos depoimentos durante o grupo focal, quando destacam o significado dos termos *Assistência Social* e *Assistência Estudantil*: “Assistência Social é para resolver problemas da sociedade de outras pessoas. Assistência Estudantil é para resolver problemas que tem a ver com estudante ou para auxiliar o estudante, é isso que eu acho” (ANA); “Assistência Social eu creio que ajuda nos problemas da sociedade, no dia a dia e Assistência Estudantil ajuda tanto discentes quanto docentes e todo o corpo Estudantil do campus”. (BRUNO)

Nos depoimentos, os(as) estudantes evidenciam compreender o Assistente Social como um profissional que ajuda a resolver problemas, sejam eles de ordem social ou no âmbito acadêmico, pois tiram dúvidas e informam sobre diversas questões. De acordo com os apontamentos de Prada (2015), a Assistência Estudantil deve ser discutida sob a perspectiva de múltiplas funções - social, pedagógica, psicológica e econômica -, podendo ser expandida para outros aspectos, de acordo com a realidade local da instituição.

Nesse sentido, não deve ser confundida como um *locus* de ações de “Assistência Social”, pois a Assistência Estudantil consiste em um serviço específico prestado no âmbito do PNAES, ou seja, um programa da Política de Educação. A Política de Assistência Social consiste em uma política específica de proteção social, que faz parte do tripé constitucional da Seguridade Social,

juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, não devendo também ser confundida, de acordo com Prada (2015, p. 28), como “prática de favor ou benemerência para os pobres”, tendo em vista um caráter público, de direito social.

Assim, aludimos a Moscovici (2003), quando afirma que as representações sociais estão ligadas à linguagem, ao universo simbólico, ideológico, ao imaginário social e ao papel que assume na orientação das condutas e das práticas sociais. Para o autor, a comunicação e a produção de conhecimento encontram-se atreladas à linguagem como mediadora de representações sociais, vinculadas a partir de informações, constituindo-se um elemento fundamental no processo interacional sujeito/objeto/sujeito. Nesse contexto, sendo a linguagem o núcleo mediador do conhecimento do sujeito em interação social no cotidiano do Assistente Social, ela constitui elemento importante na construção de representações sociais.

Nesta categoria, reiteramos que as representações sociais dos(as) estudantes revelaram que o Assistente Social é um profissional essencial no IFPE. As falas trazem a contribuição do Assistente Social na trajetória escolar dos(as) estudantes no que se refere ao acesso, à permanência e ao êxito.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa mostraram que as representações sociais construídas pelos(as) estudantes de que o Assistente Social na EPT é o profissional que informa e tira dúvidas, não apenas sobre questões como bolsas e projetos, mas também sobre direitos, revelam conteúdos representacionais que estão articulados à reconfiguração do trabalho do Assistente Social.

As representações sociais dos(as) estudantes revelaram que o Assistente Social é fundamental para a formação destes, na perspectiva da formação integral. Para eles(as), esse profissional contribui efetivamente para a trajetória acadêmica. Portanto, essas representações justificam a relação de confiança estabelecida entre profissional e discente, trazendo à tona as funções de orientação e justificação das representações sociais construídas.

Considerando a educação em uma perspectiva crítica e transformadora, que possibilita o desenvolvimento da cidadania e contribui com a luta pela superação das desigualdades e de exclusão social, reafirmamos a relevância deste estudo, bem como ressaltamos a importância de outras pesquisas sobre a temática, tendo como foco outro público da comunidade escolar, a partir da Teoria das Representações Sociais, de modo a contribuir para a produção do conhecimento sobre o Assistente Social na EPT e favorecer o aperfeiçoamento dessa prática profissional.

A partir desta pesquisa, aprofundamos os saberes sobre o Assistente Social na EPT e o EMI, conhecendo o universo de sua prática profissional, o que nos possibilitou compreender a travessia para uma sociedade mais igualitária, que supera a dualidade educacional e que proporciona a todos(as) o direito a uma formação integral, para que aconteça a democratização do ensino. Assim, com esse conhecimento, somado às representações sociais dos(as) estudantes, constroem-se subsídios que auxiliam a determinação do Assistente Social para continuar desenvolvendo o seu papel estratégico e mobilizador dentro do IFPE.

Referências

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação**. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.

ÁLVARO, José Luís; GARRIDO, Alícia. **Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Define diretrizes para constituição dos Institutos Federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.095%2C%20DE%2024,Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

BULL, Thalita Giovanna. **Trajetória do Serviço Social de Limeira: Construção de uma “Educação para além do capital”**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Programa de

Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica ---de São Paulo, São Paulo, 2010.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos (org.). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. 2021. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br>. Acesso em: 20 jul. 2021.

IFPE. **Resolução CONSUP nº 133, de 30 de junho de 2022**. Aprova a Reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE. Recife, 2022. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/noticias/ifpe-lanca-nova-politica-de-assistencia-estudantil/resolucao1332022aprovaareformulaodapoliticaassistenciaestudentildoifpe.pdf>. Acesso em: 27 de mar. 2023.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JODELET, Denise. **Loucuras e Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas do trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p.106 – 130, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI Maria Lúcia. **Serviço social, identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: matriz de análise. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 2, p. 155-65, 2013.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. *In*: SILVA, Marcela Mary José (org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PERRUSI, Artur. **Imagens da loucura: representação social da doença mental na psiquiatria**. São Paulo: Cortez; Recife: UFPE, 1995.

PIANA, Maria Cristina. Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SILVA, Lucilia Carvalho da. O trabalho do/a Assistente Social no contexto da educação profissional: questões para o debate. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luíz Teixeira de (org.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 153-172.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre**. 2013. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 19/09/2023
Aprovado em: 27/05/2024